

ILMO. SR. PREGOEIRO OFICIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2009**  
**Autos do processo nº 2002/09**

**TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL MENSAL**

**OBJETO:** *Contratação de empresa especializada para a prestação, de forma contínua, de serviços de condução de veículos pertencentes à frota do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, conforme anexos constantes na relação descrita no item 16, que são partes integrantes e inseparáveis do Edital.*

**HIGITERC HIGIENIZAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO LTDA**, regularmente inscrita no CNPJ sob o n.º 07.359.967/0001-03, estabelecida à Avenida Bias Fortes, 803, sala 702, Bairro Lourdes, Belo Horizonte/MG, CEP 30.170-011, vem, tempestivamente, com o imprescindível respeito, à presença de Vossa Sa, por seu representante legal, consoante inclusos documentos, irressignada, data venia, com a sua inabilitação no Pregão Presencial em tela, ocorrida nos autos do Processo Licitatório em epígrafe, proferido pelo i. Pregoeiro, vem, tempestivamente, com o imprescindível respeito, à presença de Vossa Senhoria, por seu representante legal, consoante inclusos documentos, e com fulcro no disposto no art. 4, XVIII, "a", da LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002, apresentar **RECURSO** contra tal decisão nos termos das inclusas razões.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Belo Horizonte, 16 de novembro de 2009.

**MAXIMIANO AUGUSTO A. REBELO**  
**OAB/MG 103.642**

Recebido na COSEB  
Em 16.11.09.  
Por *fem*

**RECORRENTE: HIGITERC – HIGIENIZAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO LTDA.**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2009**  
**TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL MENSAL**

EMINENTE JULGADOR,

A empresa recorrente apresentou proposta de preços para a Licitação, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL N.º 115/2009, do tipo menor preço global, conforme especificações constantes deste edital e seus anexos, sendo a licitação regida pela Lei 10.520 de 17/07/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com o seguinte objeto:

***“Contratação de empresa especializada para a prestação, de forma contínua, de serviços de condução de veículos pertencentes à frota do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, conforme anexos constantes na relação descrita no item 16, que são partes integrantes e inseparáveis do Edital.”***

Ao julgar os documentos de habilitação da Defendente, classificada em primeiro lugar no pregão, ofertando a melhor proposta à Administração, o Ilmº Sr. Pregoeiro decidiu por inabilitar a HIGITERC.

A defendente cumpriu todos os critérios de admissibilidade exigidos pela legislação, sendo que a sua desclassificação, como pretendida pela Administração, não poderá se sustentar, haja vista que afrontaria o princípio da legalidade, atacando, ainda, o critério da competitividade, vez que limita o acesso ao certame, impondo critérios de admissão de atestados de capacidade técnica que não existem na legislação vigente e, com isso, dificultando, inclusive, atingir-se o fim escoimado pela licitação da Administração Pública, que é a obtenção do melhor preço.

**I – DOS ATESTADOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA APRESENTADOS PELA PRIMEIRA RECORRIDA – DA AUSÊNCIA DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS**

Os atestados de capacidade técnica apresentados pela RECORRENTE são completamente hábeis a cumprir a exigência legal, eis que atendem de forma satisfatoriamente os critérios de adequabilidade dos serviços, quantidades e prazos com o objeto da licitação. Entretanto, este R. Agente Público houve por bem inabilitar a recorrente.

Fundou suas razões de inabilitação ao apontar que a Recorrente não cumpria os critérios de quantidades exigidos no **item 6.1.4, letra “c” do Instrumento convocatório**, que diz:

**6.1.4. Documentos referentes à Qualificação Técnica:**

**a) Registro ou inscrição da empresa prestadora dos serviços na entidade profissional competente.**

**(Conselho Regional de Administração – CRA);**

**b) Capacidade Técnico-profissional: Comprovação de possuir em seu quadro permanente, na**

*data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente*

*reconhecido pelo CRA, comprovando este vínculo através de Carteira de Trabalho ou Ficha de*

*Registro de Empregado. Para sócio da empresa será exigido o Estatuto ou contrato social.*

**c) Capacidade Técnico-operacional: Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa**

**jurídica de direito público ou privado, devidamente averbado(s) no CRA, que comprove(m) a**

**execução satisfatória de serviços similares, de complexidade operacional equivalente ou superior**

**ao objeto ora licitado. Poderá ser apresentado mais de 01 atestado para a obtenção do**

**quantitativo solicitado, admitindo-se o somatório de atestados desde que:**

**c.1) 01 atestado contemple 40% (quarenta por cento) do efetivo a ser contratado; ou**

**c.2) 02 atestados contemplem 50% (cinquenta por cento) do efetivo a ser contratado.**

(grifo nosso)

De fato, os documentos habilitatórios apresentados pela Recorrente confirmam sua capacitação técnica para o fornecimento dos serviços objeto do presente pregão, focado na prestação de serviços de motorista. Assim, os atestados que comprovam esses serviços em diferentes Órgãos da Administração Pública Federal atendem às exigências da lei, constantes no artigo 30 da Lei nº 8.666/93, assim transcrito:

*Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:*

*(...)*

*II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;*

*(...)*

*§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)*

*I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (grifamos)*

Carlos Pinto Coelho Motta, in Eficácia nas Licitações e Contratos, 1994, p. 149, citando Antônio Carlos Cintra do Amaral:

*"1. Para efeito de qualificação técnica de empresas licitantes, a Administração deve, com base na Lei 8.666/93, exigir atestados referentes à sua capacitação técnica, com vistas à 'comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação' (art. 30, II).*

*Além da aptidão da empresa, comprovável em função de sua experiência, a Administração deve exigir comprovação da 'capacitação técnico-profissional', nos*

*termos do §1º do mesmo art. 30. Essas comprovações podem ser dispensadas no caso de obras licitadas mediante a modalidade 'Convite' (§1º do art. 37).*

*2. A Lei nº 8.666/93 não estabelece limites para exigências quanto à capacitação técnico-operacional de empresas licitantes, devendo tais limites, portanto, ser estabelecidos em cada caso, levando-se em conta a pertinência e compatibilidade a que se refere o inc. II do art. 30, bem como a noção de indispensabilidade, contida no inc. XXI do art. 37 da Constituição Federal".*

O texto extraído do parecer do Procurador Paulo Soares Bugarin, nos autos alusivos à Decisão nº 395/95 também é esclarecedor:

*"Assim, não restam dúvidas de que, apesar do veto, a Lei nº 8.666/93 continua permitindo a exigência de 'comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação..." (Boletim de Licitações e Contratos Administrativos, NDJ, 12/2000, p. 631). (grifamos)*

Monteiro: Tampouco poderíamos deixar de citar as orientações de Yara Darcy Police

*" Questão que foi muito controvertida, todavia já pacificada na doutrina e jurisprudência, é a relativa à comprovação da capacitação técnica da empresa e do profissional responsável nas licitações para contratação de obras e serviços de engenharia. Não mais pairam dúvidas de que, segundo a dicção do art. 30, II, e seu §1º, I, pode o edital exigir a 'comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação' da empresa participante, sem prejuízo da comprovação de aptidão dos membros da equipe técnica que se responsabilizarão pelos trabalhos, na forma e com as limitações fixadas no citado §1º e inc. I do mesmo art. 30" (cf. Licitação: Fases e Procedimento, NDJ, 2000, p. 43).*

Por fim, essa, inclusive, é a inteligência do Superior Tribunal de Justiça, que conclui, de forma elucidativa, *in verbis*:

*"Administrativo.Licitação.Interpretação do art. 30, II e §1º, da Lei 8.666/93.*

*1. Não se comete violação ao art. 30, II, da Lei. 666/93, quando, em procedimento licitatório, exige-se a comprovação, em nome da empresa proponente, de atestados técnicos emitidos por operadoras de telefonia no Brasil de execução, em qualquer tempo, de serviço de implantação de cabos telefônicos classe "L" e "C" em período consecutivo de vinte e quatro meses, no volume mínimo de 60.000 HxH, devidamente certificados pela entidade profissional competente.*

*2. 'O exame do disposto no art. 37, XXI da Constituição Federal, e sua parte final, referente a 'exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações', revela que o propósito al objetivado é oferecer iguais oportunidades de contratação com o Poder Público, não a todo e qualquer interessado, indiscriminadamente, mas sim, apenas a quem possa evidenciar que efetivamente dispõe de condições para executar aquilo a que se propõe' (Adilson Dallari).*

*3. Mandado de segurança denegado em primeiro e segundo graus.*

*4. Recurso especial improvido" (Res. Nº 172.232-SP, rel. Min. José Delgado, DJU de 21.9.98, RSTJ 115/194) (grifamos).*

Ainda que não esteja sujeito a exigências de mínimos ou máximos, o atestado de capacitação técnica não pode ser genérico ou inespecífico (e, de fato, o ACT apresentado pela Recorrente cumpriu satisfatoriamente a pretensão do edital) – mas deve ser detalhado até o nível

de pormenores que seja o suficiente para se aquilatar, efetivamente, e por julgamento corrente, a semelhança entre o que se atesta e o que se contratará.

Veja-se que o que pretende a *mens legis* é a garantia da entrega de serviços que cumpram o fim colimado pelo edital e não que se comprove serviços idênticos aos licitados, até porque isto seria tornar extremamente específico o certame. Onde há especificação, há também a limitação. No caso, a limitação seria tocante ao número de participantes, eis que deveriam cumprir critérios rigorosíssimos para serem admitidos na licitação.

Quanto menor o número de participantes, menor é a competitividade e maior a probabilidade da obtenção de um preço mais oneroso ao Poder Público, o que vai de encontro, exatamente, àquilo pelo qual instituída a Lei Geral de Licitações e Contratações da Administração Pública (Lei nº 8.666/93).

É fato que é autorizado ao agente público limitar o objeto de sua licitação, inclusive porque isto vem para garantir que a empresa contratada demonstre sua aptidão para fornecer serviços compatíveis com os licitados. Entretanto, os termos "compatibilidade" e "identidade" não poderão, jamais, serem confundidos.

Se a administração, ao contrário, coloca cláusulas que exijam quantitativos abusivos (principalmente no número pretendido pelo edital em comento), é fato que poucos serão aqueles que poderão se habilitar dentro de suas pretensões, não obstante alguns participantes, como esta Recorrente, detenham atestados que demonstrem sua capacidade técnico-operacional para fornecer serviços da natureza pretendida pela Administração Licitante.

Em verdade, o próprio termo do edital acompanha o anseio legal, ao citar, na letra c do item 6.1.4 que o participante deverá apresentar atestado de capacidade técnico-operacional "*que comprove(m) a execução satisfatória de serviços similares...*". A "similaridade" exigida pelo edital se estende aos critérios de *características, quantidades e prazos*.

Ademais, exigências que limitem demasiadamente a competitividade importam na prévia justificação da Administração Pública. Assim, se pretendia o Colendo TJMG a entrega de atestados comprovando tamanho percentual de serviços, deveria fundamentar sua exigência, sob pena de limitar a livre concorrência tão essencial à obtenção do preço que melhor atenda os objetivos da Administração, em garantia do estrito interesse público.

Sobre essa limitação, a boa lição de Carlos Pinto Coelho Motta, in Eficácia nas Licitações e Contratos, 1994, p. 149, citando Antônio Carlos Cintra do Amaral:

*"1. Para efeito de qualificação técnica de empresas licitantes, a Administração deve, com base na Lei 8.666/93, exigir atestados referentes à sua capacitação técnica, com vistas à 'comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação' (art. 30, II).*

*Além da aptidão da empresa, comprovável em função de sua experiência, a Administração deve exigir comprovação da 'capacitação técnico-profissional', nos termos do §1º do mesmo art. 30. Essas comprovações podem ser dispensadas no caso de obras licitadas mediante a modalidade 'Convite' (§1º do art. 37).*

**2. A Lei nº 8.666/93 não estabelece limites para exigências quanto à capacitação técnico-operacional de empresas licitantes, devendo tais limites, portanto, ser estabelecidos em cada caso, levando-se em conta a pertinência e compatibilidade a que se refere o inc. II do art. 30, bem como a noção de indispensabilidade, contida no inc. XXI do art. 37 da Constituição Federal".**

(grifamos)

A exegese de Marçal Justen Filho, que diz em relação ao art. 3º, §1º da Lei em tela:

*"O dispositivo não significa, porém, vedação à cláusulas restritivas da participação. Não impede a previsão de exigências rigorosas. Nem impossibilita exigências que apenas possam ser cumpridas por específicas pessoas. Veda-se cláusula desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar alguns particulares. Se a restrição for necessária para atender ao interesse público, nenhuma irregularidade existirá em sua previsão. Terão de ser analisados conjuntamente a cláusula restritiva e o objeto da licitação. A inviabilidade não reside na restrição em si mesma, mas na incompatibilidade dessa restrição com o objeto da licitação. Aliás, essa interpretação é ratificada pelo previsto no art. 37, inc. XXI, da CF (... o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações)".*

Um pouco mais adiante diz:

*"O ato convocatório tem de estabelecer as regras necessárias para seleção da proposta vantajosa. Se essas exigências serão ou não rigorosas, isso dependerá do tipo de prestação que o particular deverá assumir"*

E, por fim, conclui:

*"A Lei reprime a redução da competitividade do certame derivada de exigências desnecessárias ou abusivas." (cf. obra cit., p. 75/76).*

Reforçando: cabe estabelecer, de início, o limite para as condições pretendidas. Este se encontra na similaridade com o objeto, não podendo as exigências desviar-se daquela, sob pena de identificação de requisitos sobejantes (FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Editora Dialética, 11ª. Edição, p. 336) ou impertinentes (idem, p.337), eivados de invalidade. Mais do que a indicação do valor a ser utilizado, encontra-se na semelhança com objeto a limitação para as condições a serem exigidas. Cumpre esclarecer que o termo utilizado na lei é "compatível", ou seja, não se permite exigir experiência em especificação exatamente igual ao objeto pretendido, mas algo a ele similar (conforme Marçal: "A Administração apenas está autorizada a estabelecer exigências aptas a evidenciar a execução de objeto anterior similar, Vale dizer, sequer se autoriza exigência de objeto idêntico"), ampliando a possibilidade de satisfação da condição pleiteada.

Porém, não basta a definição do limite às condições que deverão ser apresentadas no atestado: deve-se buscar aquelas que, dentro da segurança de execução estabelecida, menor cerceamento tragam à competição. É o que se denomina, na doutrina de Marçal Justen Filho, de aplicação da teoria da "restrição mínima possível" (op. Cit, pg.328)<sup>1</sup>. Deve-se identificar e utilizar o patamar mínimo que permite estabelecer a segurança da execução do objeto. O objetivo é ampliar a possibilidade de competição, de forma a abarcar todos aqueles que pelo menos minimamente estão aptos a atender o nível de garantia estipulado tecnicamente. Desta forma busca-se, dentro da margem de segurança identificada, a proposta de preço mais vantajosa à Administração.

Finalmente, definidas as condições que deverão constar dos atestados de capacitação operacional demandadas no edital, oportuno se faz ressaltar o dever da Administração de sempre justificar as exigências de experiências selecionadas, de forma que os critérios utilizados sejam

---

<sup>1</sup> Sobre o assunto, a boa lição de Marçal indica que "A Constituição não defere ao administrador a faculdade de, ao discriminar as condições de habilitação, optar pela maior segurança possível. Como já se afirmou acima, a Constituição determina que o mínimo de segurança configura o máximo de restrição possível."

alvo de controle do poder discricionário. Neste sentido, convém destacar trecho do já citado Acórdão nº 32/2003/TCU-Primeira Câmara:

*"32. Nesse contexto, pode-se concluir que a entidade que promove a licitação deve fundamentar adequadamente a exigência da capacidade técnica, demonstrando de forma inequívoca sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado, de modo a afastar eventual possibilidade de restrição ao caráter competitivo do certame." (grifo nosso)*

Há, portanto, inexistência de caminhos pré-determinados para a definição dos valores a serem pleiteados nos atestados de capacitação técnica operacional, justamente pelo fator que abre espaço ao uso do poder discricionário: a impossibilidade diante das inúmeras situações em concreto. O que existe, então, é o uso deste poder discricionário, devendo a escolha dos critérios passar por um processo lógico, fundado em razões técnico-científicas, que deve buscar, dentro de exigências compatíveis com o objeto da licitação, a restrição mínima necessária a ser pedida no atestado. Cada uma das restrições escolhidas deve estar devidamente fundamentada, evitando-se arbitrariedades no processo de seleção e abrindo espaço ao exercício do controle ao poder discricionário.

Por fim, o Colendo Tribunal de Contas da União, por Sessão Plenária, através do Acórdão nº 607/2006 entendeu que a exigência de quantitativos não poderá ultrapassar os limites da legalidade, eis que poderiam limitar a competitividade de forma excessiva, o que inviabilizaria o cumprimento da intenção do legislador.

Da mesma forma, o Acórdão TCU Plenário nº 597/2007 diz que:

(...) jurisprudência do TCU, bem como a doutrina, evoluiu e, em julgados recentes, passou a admitir exigências quanto à capacidade técnica-operacional. Porém, essas devem ser suficientes, razoáveis e estritamente necessárias para comprovar a capacidade do licitante em cumprir o objeto a que se propõe executar. Ademais, os motivos dessas exigências devem, expressamente, constar no procedimento licitatório. Não se admite a inserção de cláusulas editalícias que restrinjam o caráter competitivo do certame.

O edital é claro ao dispor que a empresa contratada prestará serviços em três diferentes entes da federação, porém não parece essencial e indispensável que essa empresa já preste os serviços em mais de um estado. Ora, se a empresa possui uma estrutura administrativa, financeira e operacional adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, não se verifica impedimento para que ela busque novos mercados e preste seus serviços a contento. A capacidade técnica-operacional de realizar o objeto independe do número de estados em que a atividade tenha sido exercitada. Comprovada a capacitação por meio de atestado, não se vislumbra como a Administração poderia exigir aptidões adicionais sem exorbitar as limitações constitucionais e restringir a participação e o caráter competitivo.

Abaixo julgados recentes que corroboram o exame desta instrução [Decisão n. 1.618/2002 - Plenário, Acórdãos ns. 651/2004 - Plenário, 1.881/2005 - 2ª Câmara e 649/2006 - 2ª Câmara]:

(omissis)

Não é diferente o entendimento doutrinário sobre as exigências relativas à habilitação. Essas devem ser as mínimas necessárias para o cumprimento do objeto e não podem ultrapassar os limites da razoabilidade ou estabelecer cláusulas inúteis e restritivas ao caráter competitivo do certame. A documentação a ser exigida está adstrita ao art. 27 da Lei n. 8.666/1993.

Por oportuno, é importante citar a lição do jurista Marçal Justen Filho:

(omissis)

Nota-se dos ensinamentos do aludido jurista que as exigências devem ser: pautadas pelos princípios norteadores da licitação; razoáveis; mínimas necessárias à segurança da Administração; definidas em função do objeto; motivadas pela Administração e explicitadas no procedimento licitatório.

*Logo, entende-se que, ao exigir a prestação de serviços em mais de um estado, a Administração extrapolou o preceito legal, inc. II do art. 30 da Lei n. 8.666/1993.*

*Por fim, a subalínea g.1 exige que, caso o atestado seja de outro estado, este deverá ser visado pelo CRA do Rio de Janeiro, em conformidade com a Resolução Normativa CFA n. 179, de 25/04/2005.*

*Há entendimentos deste Tribunal (Decisão n. 279/1998 - Plenário, Acórdão n. 979/2005 - Plenário) que estabelecem tratar-se de exigência superior à definida pelo legislador ordinário - art. 30 da Lei n. 8.666/1993 - aquela que obriga o concorrente de certame licitatório a apresentar, para efeitos de qualificação técnica, o visto do registro ou inscrição na entidade profissional do local da obra ou serviço, quando já possuir o certificado registrado em conselho de outro estado da federação. Portanto, essa cláusula não se coaduna com as disposições legais do art. 30 da Lei n. 8.666/1993.*

*(omissis)*

#### **6. Da Conclusão**

*(...)*

*Portanto, constata-se, no caso sob comento, vício de origem do Edital do Pregão n. 11/2006, seguido do eminente risco de ofensa a direito alheio e de prejuízo ao Erário. Sendo assim, propõe-se determinar à FBN a anulação do Pregão n. 11/2006, além das medidas expostas nos subitens 5.1 a 5.5 desta instrução."*

*7. À vista do exposto, o analista sugere, com a concordância dos dirigentes da unidade técnica, o que se segue:*

*7.1. conhecer do processo como representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la procedente;*

*7.2. fixar o prazo de 15 dias para que a Fundação Biblioteca Nacional adote as providências necessárias à anulação do Pregão n. 11/2006, ante a restrição indevida à competição da licitação, decorrente do disposto nas alíneas k, l, j e m do subitem 7.3 do edital.*

*7.3. determinar à Fundação Biblioteca Nacional que:*

***7.3.1. restrinja-se a solicitar das empresas licitantes a apresentação de certificados expedidos por conselhos de classe referentes à atividade básica do objeto da contratação, em conformidade com o art. 1º da Lei n. 6.839/1980;***

***7.3.2. abstenha-se de requerer o vínculo trabalhista entre o profissional e a empresa concorrente, admitindo a comprovação por contrato de prestação de serviços, regido pela legislação civil comum, que supra a necessidade dos préstimos do profissional requerido;***

***7.3.3. limite-se, nos requisitos de habilitação técnica, às exigências previstas no art. 27 c/c art. 30 da Lei n. 8.666/1993;***

***7.3.4. observe o disposto no inciso II do art. 30 da Lei n. 8.666/1993, não impondo a comprovação de prestação, simultaneamente ou não, de serviços de apoio administrativo em mais de um estado;***

*7.3.5. não exija o visto do Conselho Regional de Administração do local onde os serviços serão prestados em certificado registrado no conselho regional do estado no qual a licitante exerça precipuamente suas atividades;*

*7.3.6. abstenha-se de fixar nos editais as alíquotas do Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, tendo em vista que as bases de cálculo e alíquotas podem ser alteradas de acordo com o regime de incidência e tipo de tributação;*

*7.3.7. cumpra as disposições do inciso XVIII do art. 4º da Lei n. 10.520/2002 e do inciso XVII do art. 11 do Decreto n. 3.555/2000, observando o prazo de 3 (três) dias sempre que houver manifestação de licitante quanto à interposição de recursos;*

*7.3.8. informe à 6ª Secex a adjudicação, com os respectivos valores contratados, na eventual realização de novo certame;*

*7.4. enviar cópia da instrução e da deliberação a ser proferida à FBN;*

*7.5. informar à representante e à empresa vencedora do certame sobre as providências adotadas por este Tribunal;*

*7.6. arquivar os autos.*

*8. A proposta de determinação constante do subitem 7.3.6 é decorrente de exame empreendido pela 6ª Secex quanto ao subitem 20.6 do Termo de Referência, que, considerando o princípio da igualdade, fixou, para efeito de julgamento das*



*propostas, os percentuais dos tributos referentes ao Imposto sobre Serviços - ISS, Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, no total de 20,05%.*

*9. Estando os autos em meu gabinete, sobreveio a documentação de fls. 860/864, v. 1, por meio da qual a FBN encaminha cópia da decisão judicial proferida, em 1º/03/2007, pelo Juízo da 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro no Mandado de Segurança n. 2006.51.01.022765-9, impetrado pela empresa Milênio - Assessoria Empresarial Ltda, revogando a deliberação anterior e indeferindo a liminar. É o Relatório*

(grifo nosso)

**DIANTE DO EXPOSTO**, requer-se seja julgado procedente o presente recurso administrativo, impondo-se a habilitação da recorrente, como critério de respeito ao princípio da legalidade e à competitividade do certame, essenciais ao procedimento licitatório, requerendo que:

- a) seja reformada a decisão administrativa que inabilitou a recorrida;
- b) seja concedido o efeito suspensivo ao presente recurso, com base no art. 109, § 2º da Lei nº 8.666/93; e
- c) caso entenda esse D. Pregoeiro pela procedência do recurso, o que se admite em nome da dialética, requer a remessa do presente recurso à autoridade superior, na forma do art. 109, §4º da Lei 8.666/93, onde confia no seu provimento.

Termos em que pede e espera deferimento.

Belo Horizonte, 16 de novembro de 2009.

**HIGITERC – HIGIENIZAÇÃO E TERCEIRIZAÇÕES LTDA.**  
**CNPJ 07.359.967/0001-03**